



DIÁRIO OFICIAL

DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Prefeita: MARTA SUPLICY



ANO 49	SÃO PAULO – SÁBADO, 18 DE SETEMBRO DE 2004	NÚMERO 177
--------	--	------------

GABINETE DA PREFEITA

Prefeita: MARTA SUPLICY

Palácio do Anhangabaú - Viaduto do Chá nº15 - **PABX:3113-8000** - Centro

DECRETO Nº 45.294, DE 17 DE SETEMBRO DE 2004

Aprova o Regulamento da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana - AMLURB e estabelece o procedimento de sua implantação.

MARTA SUPLICY, Prefeita do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 69, inciso III, e o artigo 70, incisos XIII e XIV, ambos da Lei Orgânica do Município de São Paulo, e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002, com a redação dada pela Lei nº 13.522, de 19 de fevereiro de 2003,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado, na forma do Anexo Único integrante deste decreto, o Regulamento da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana - AMLURB.

Art. 2º. A implantação da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana - AMLURB, Autarquia Reguladora do Sistema de Limpeza Urbana do Município, criada pela Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002, com a redação dada pela Lei nº 13.522, de 19 de fevereiro de 2003, dar-se-á nos termos deste decreto.

Art. 3º. A edição deste decreto dá início ao processo de implantação da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana - AMLURB, nos termos do disposto no artigo 194, parágrafo único, da Lei nº 13.478, de 2002, com a redação dada pela Lei nº 13.522, de 2003.

§ 1º. A Secretaria de Serviços e Obras - SSO, mediante portaria específica, constituirá um grupo de trabalho para elaborar relatório conclusivo sobre as pendências existentes no Departamento de Limpeza Urbana - LIMPURB, as quais serão assumidas pela Secretaria de Serviços e Obras - SSO, bem como sobre as medidas necessárias à efetiva implantação da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana - AMLURB, observando-se o prazo determinado no artigo 6º deste decreto.

§ 2º. As pendências e as medidas referidas no § 1º deste artigo relacionam-se diretamente com as questões administrativas, econômicas, financeiras e jurídicas.

Art. 4º. A Secretaria de Serviços e Obras - SSO fica autorizada a praticar os atos necessários à instalação da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana - AMLURB, à conta de recursos da referida Pasta, na forma prevista no artigo 195 da Lei nº 13.478, de 2002.

Parágrafo único. Os demais órgãos da Prefeitura ficam autorizados a adotar as medidas necessárias para fomentar a instalação e para a realização das atividades de competência da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana - AMLURB, tais como serviços de monitoramento, gerenciamento, manutenção e outras atividades correlatas.

Art. 5º. A Autoridade Municipal de Limpeza Urbana - AMLURB, quando requerido, fica autorizada a receber servidores públicos da Administração Pública Municipal Direta ou Indireta, com ou sem ônus e temporariamente, assegurados os direitos a que fariam jus em seu órgão de origem, para o exercício das atividades inerentes ao cargo a ser desempenhado.

Art. 6º. O processo de instalação da Autarquia deverá ser concluído após a homologação e adjudicação do processo licitatório nº 2003-0.055.178-5 em trâmite na Secretaria de Serviços e Obras, tendo como objeto a execução, em regime de concessão, dos serviços divisíveis de limpeza urbana prestados em regime público, bem como após a homologação e adjudicação do processo licitatório nº 2003-0.074.407-9 em trâmite na Secretaria Municipal das Subprefeituras, tendo como objeto a prestação de serviços indivisíveis de limpeza pública no Município de São Paulo.

Parágrafo único. A publicação de decreto do Chefe do Executivo marcará a conclusão do processo de instalação da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana - AMLURB, no prazo referido no “caput” deste artigo.

Art. 7º. A Autoridade Municipal de Limpeza Urbana - AMLURB, concluído o processo de sua instalação, sub-rogar-se-á em todos os contratos firmados pelo Departamento de Limpeza Urbana - LIMPURB, para a realização das atividades sob sua responsabilidade.

Art. 8º. O acervo patrimonial do Departamento de Limpeza Urbana - LIMPURB será cedido, mediante permissão de uso a título precário e gratuito, à Autoridade Municipal de Limpeza Urbana - AMLURB a partir do início de sua instalação.

Parágrafo único. O imóvel situado na Rua Azurita, nº 100, Canindé, nesta Capital, onde está instalado o Departamento de Limpeza Urbana - LIMPURB, será cedido pela Prefeitura

do Município de São Paulo à Autoridade Municipal de Limpeza Urbana - AMLURB, mediante permissão de uso a título gratuito.

Art. 9º. Para desempenho das atividades de competência da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana - AMLURB, serão nomeados por atos específicos, na forma prevista na Lei nº 13.478, de 2002, com a redação dada pela Lei nº 13.522, de 2003, os agentes públicos necessários.

Parágrafo único. O Chefe do Executivo nomeará o Presidente da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana - AMLURB.

Art.10. Caberá à Autoridade Municipal de Limpeza Urbana - AMLURB, nos termos da lei, regular os serviços de limpeza urbana no Município, substituindo gradativamente os regulamentos, normas e demais regras em vigor.

Parágrafo único. Enquanto não forem editados os atos referidos no “caput” deste artigo, a prestação dos serviços de limpeza urbana e os atuais contratos celebrados pela Prefeitura continuarão regidos pelos regulamentos, normas e regras ora vigentes.

Art. 11. Ficam convalidados os atos praticados pela Secretaria de Serviços e Obras - SSO com a finalidade de promover a licitação para a concessão dos serviços de limpeza urbana divisíveis prestados em regime público, na modalidade de concorrência pública, nos termos do artigo 15 da Lei Municipal nº 13.278, de 7 de janeiro de 2002, e do artigo 18 do Decreto nº 44.279, de 24 de dezembro de 2003, que a regulamentava, bem como da Lei nº 13.478, de 2002, adotando todas as medidas necessárias à sua consecução.

§ 1º. Concluído o procedimento de licitação e adjudicado seu objeto, o contrato de concessão dele decorrente será assinado pelo Presidente da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana - AMLURB, na qualidade de representante do Poder Concedente, em conformidade com o disposto no artigo 202, inciso XI, da Lei nº 13.478, de 2002.

§ 2º. Na eventualidade de a instalação da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana - AMLURB não se encontrar concluída, nos termos do artigo 6º deste decreto, no momento da assinatura do contrato, o ato será de responsabilidade do Titular da Secretaria de Serviços e Obras, a qual está vinculada a Autarquia.

Art. 12. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 17 de setembro de 2004, 451ª da fundação de São Paulo.

MARTA SUPLICY, PREFEITA
LUIZ TARCÍSIO TEIXEIRA FERREIRA, Secretário dos Negócios Jurídicos

LUÍS CARLOS FERNANDES AFONSO, Secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico
OSVALDO MISSO, Secretário de Serviços e Obras
Publicado na Secretaria do Governo Municipal, em 17 de setembro de 2004.

JILMAR AUGUSTINHO TATTO, Secretário do Governo Municipal

ANEXO ÚNICO INTEGRANTE DO DECRETO Nº 45.294, DE 17 DE SETEMBRO DE 2004

REGULAMENTO DA
AUTORIDADE MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - AMLURB

CAPÍTULO I
DOS ÓRGÃOS SUPERIORES
SEÇÃO I
DA DIRETORIA COLEGIADA

Art. 1º. Compete à Diretoria Colegiada o exercício das atividades normativas da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana - AMLURB, bem como a gestão do Fundo Municipal de Limpeza Urbana - FMLU, nos termos previstos neste Regulamento.

Art. 2º. A Diretoria Colegiada da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana - AMLURB será composta por seus 3 (três) Diretores, além do Presidente da autarquia.

Art. 3º. A Diretoria Colegiada decidirá por maioria absoluta, nos termos fixados no Regimento Interno, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

§ 1º. Cada Diretor votará com independência, fundamentando seu voto.

§ 2º. Não é permitido aos Diretores abster-se na votação de qualquer assunto.

Art. 4º. Compete à Diretoria Colegiada, sem prejuízo de outras atribuições previstas na lei, neste Regulamento ou no Regimento Interno:

I - aprovar o Regimento Interno da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana - AMLURB;

II - aprovar o Plano Anual de Trabalho, o Plano Plurianual de Investimento e o Plano Diretor de Recursos Humanos;

III - aprovar os Planos e Procedimentos que lhe forem encaminhados pelas demais unidades da autarquia;

IV - homologar os preços de serviços;

V - administrar o Fundo Municipal de Limpeza Urbana - FMLU;

VI - aprovar periodicamente o plano de aplicação de recursos do Fundo Municipal de Limpeza Urbana - FMLU;

VII - elaborar as contas anuais do Fundo Municipal de Limpeza Urbana - FMLU, submetendo-as à aprovação do Conselho Consultivo da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana - AMLURB antes de sua remessa aos órgãos de controle interno da municipalidade;

VIII - remeter aos órgãos de controle interno da Municipalidade as contas anuais do Fundo Municipal de Limpeza Urbana - FMLU;

IX - estabelecer normas, procedimentos e condições operacionais do Fundo Municipal de Limpeza Urbana - FMLU;

X - enviar relatório bimestral sobre a gestão e balanço analítico do Fundo Municipal de Limpeza Urbana - FMLU, que conterá balancete analítico do Fundo, ao Conselho Consultivo e ao Secretário de Serviços e Obras;

XI - dirimir dúvidas quanto à observância das diretrizes e normas relativas ao Fundo Municipal de Limpeza Urbana - FMLU nas matérias de sua competência;

XII - avaliar proposta de orçamento anual da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana - AMLURB;

XIII - exercer as competências normativas da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana - AMLURB, editando normas, resoluções e outros regramentos relativos à prestação dos serviços de limpeza urbana;

XIV - deliberar, na esfera administrativa, quanto à interpretação da legislação relativa ao Sistema Municipal de Limpeza Urbana e sobre os casos omissos;

XV - autorizar o afastamento de seus integrantes para desempenho de missão no exterior.

Parágrafo único. É vedado à Diretoria Colegiada:

I - delegar a terceiros a função de fiscalização de competência da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana - AMLURB;

II - delegar, a qualquer órgão ou autoridade, interna ou externa, o seu poder normativo e as demais competências previstas neste artigo.

SEÇÃO II
DA PRESIDÊNCIA

Art. 5º. Ao Presidente da autarquia, de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Executivo, dentre pessoas de reputação ilibada e comprovada experiência e capacidade profissional, caberá o comando hierárquico sobre o pessoal e o serviço da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana - AMLURB, com as competências administrativas correspondentes, além de outras estabelecidas neste Regulamento.

Art. 6º. As normas previstas nos artigos 17 a 19 deste Anexo aplicam-se ao Presidente, no que couber.

Art. 7º. Compete ao Presidente, sem prejuízo de outras atribuições previstas na lei, neste Regulamento ou no Regimento Interno:

I - dirigir a autarquia, em conjunto com a Diretoria, em consonância com as diretrizes e normas emanadas para o Sistema de Limpeza Urbana, o Plano Diretor de Resíduos Sólidos e o Plano Anual de Trabalho;

II - estabelecer as diretrizes funcionais, executivas e administrativas a serem seguidas pela Autoridade Municipal de Limpeza Urbana - AMLURB, zelando para o seu efetivo cumprimento;

III - exercer as funções administrativas do órgão;

IV - representar institucionalmente a Autoridade Municipal de Limpeza Urbana - AMLURB, no âmbito judicial e extrajudicial;

V - encaminhar ao Conselho Consultivo toda a matéria de competência daquele órgão colegiado;

VI - submeter ao Chefe do Executivo, por intermédio da Secretaria de Serviços e Obras - SSO, propostas de declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa, dos bens necessários à implantação ou manutenção de serviço no regime público;

VII - constituir Comissões de Licitação, designando seus membros entre funcionários do quadro de pessoal da Autarquia;

VIII - autorizar a dispensa ou a abertura de licitação, homologar os respectivos procedimentos, declarar sua nulidade ou revogação;

IX - autorizar alterações e prorrogações contratuais, bem como aplicar as penalidades previstas nos ajustes firmados pela Autoridade Municipal de Limpeza Urbana - AMLURB;

X - autorizar a rescisão de contratos;

XI - assinar convênios, contratos, acordos e ajustes com entidades públicas ou privadas;

XII - assinar os contratos de concessão e permissão de serviços de limpeza urbana prestados em regime público;

XIII - gerenciar o quadro de pessoal da autarquia, provendo cargos, formalizando as respectivas nomeações e exonerações, bem como autorizando comissionamentos;

XIV - autorizar a instauração de sindicâncias e procedimentos disciplinares;

XV - autorizar afastamentos de servidores para participação em cursos, seminários e congressos, quando de interesse da autarquia;

XVI - autorizar pagamentos e adiantamentos, bem como a abertura de créditos adicionais;

XVII - apresentar ao Conselho Consultivo, para os fins previstos em lei, balancetes mensais e, anualmente, balanço e relatório de sua gestão;

XVIII - submeter à aprovação do Secretário de Serviços e Obras os balancetes mensais e, anualmente, o balanço e relatório de sua gestão, previamente examinados pelo Conselho Consultivo;

XIX - submeter à aprovação do Secretário de Serviços e Obras o Plano Anual de Trabalho, o Plano Plurianual de Investimento e o Orçamento da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana - AMLURB, previamente examinados pelo Conselho Consultivo;

XX - supervisionar os demais órgãos da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana - AMLURB sob sua direção, quanto ao cumprimento de leis, decretos e normas;

XXI - decidir, em última instância, sobre as matérias de competência da Autarquia;

XXII - submeter ao Chefe do Executivo, por intermédio da Secretaria de Serviços e Obras - SSO, as propostas de modificação deste Regulamento;

XXIII - propor o estabelecimento e a alteração das políticas governamentais de limpeza urbana;

XXIV - autorizar a contratação de serviços de terceiros, na forma da lei;

XXV - aprovar a solicitação de servidores da Administração Pública Municipal Direta ou Indireta, na forma do artigo 245 da Lei nº 13.478, de 2002, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 13.522, de 2003;

XXVI - encaminhar ao Secretário de Serviços e Obras, quando for o caso, as propostas e medidas aprovadas pela Diretoria Colegiada;

XXVII - aprovar os editais de concurso público e homologar seu resultado;

XXVIII - nomear ou exonerar os servidores, prover os cargos efetivos ou em comissão, atribuir as funções comissionadas, exercer o poder disciplinar e autorizar os afastamentos, inclusive para missão no exterior;

XXIX - convocar as reuniões ordinárias do Conselho Consultivo, bem como as extraordinárias;

XXX - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas em lei, decreto ou regulamento.

§ 1º. O Presidente poderá delegar atribuições de sua competência a servidores da autarquia.

§ 2º. Nos impedimentos e faltas do Presidente, suas funções serão exercidas pelo Chefe de Gabinete da Presidência da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana - AMLURB.

SEÇÃO III
DO CONSELHO CONSULTIVO

Art. 8º. O Conselho Consultivo consistirá em órgão de consulta da Presidência e de fiscalização das atividades da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana - AMLURB.

§ 1º. Compete ao Conselho Consultivo:

I - fiscalizar a administração do Fundo Municipal de Limpeza Urbana - FMLU;

II - orientar, auxiliar e fiscalizar o exercício da gestão administrativa, financeira e patrimonial;

III - aprovar a alienação de bens imóveis de propriedade da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana - AMLURB;

IV - aprovar a aceitação ou recusa de legados e doações;

V - fiscalizar a execução orçamentária e examinar os balancetes mensais, balanço e relatórios anuais;

VI - emitir parecer sobre o Plano Plurianual de Investimento, o Plano Anual de Trabalho da Autarquia, o Plano Diretor de Recursos Humanos e o Orçamento e encaminhá-los para o Presidente e para a Secretaria de Serviços e Obras - SSO;

VII - manifestar-se a respeito de quaisquer assuntos afetos à autarquia, de ofício, ou a pedido do Presidente.

Art. 9º. O Conselho Consultivo será constituído por 3 (três) Conselheiros e respectivos suplentes, de livre nomeação pelo Secretário de Serviços e Obras, dentre pessoas de ilibada reputação, com elevado conceito e histórico profissional em campo de especialidade compatível com as funções que exercerão.

§ 1º. O mandato dos Conselheiros terá duração de 2 (dois) anos, permitida a recondução.

§ 2º. É vedado aos membros do Conselho Consultivo integrar, simultaneamente, o mesmo órgão em outras autarquias.

§ 3º. A posse dos integrantes do Conselho Consultivo ocorrerá na primeira reunião por ele realizada após a nomeação.

Art. 10. Os membros do Conselho serão remunerados por reunião a que comparecerem, em valor correspondente à R\$ 20,00 (vinte reais), até, no máximo, 8 (oito) sessões remuneradas por mês.

Art. 11. O Presidente do Conselho Consultivo será eleito por seus integrantes e terá mandato de 1 (um) ano.

§ 1º. Será eleito Presidente do Conselho aquele que obtiver o maior número de votos, em único escrutínio secreto, independentemente de candidatura.

§ 2º. O mandato do primeiro Presidente terá início, excepcionalmente, quando de sua eleição, na reunião de instalação do Conselho.

Art. 12. Os integrantes do Conselho Consultivo perderão o mandato, por decisão do Secretário de Serviços e Obras, a ser tomada de ofício ou mediante provocação do Presidente da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana - AMLURB, nos casos de:

I - conduta incompatível com a dignidade exigida pela função;

II - cometer mais de 3 (três) faltas não justificadas, consecutivas, a reuniões do Conselho;

III - cometer mais de 5 (cinco) faltas não justificadas, alternadas, a reuniões do Conselho.

Art. 13. O Conselho Consultivo reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por semana e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação de um de seus membros ou do Presidente da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana - AMLURB.

Art. 14. O Regimento Interno da autarquia disporá sobre a organização e funcionamento do Conselho, podendo especificar outros requisitos subjetivos para a nomeação de seus membros, e respectivos suplentes, bem como os casos de impedimentos, de dispensa ou de vacância.

CAPÍTULO II
DOS DEMAIS ÓRGÃOS DA AUTORIDADE MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - AMLURB

Art. 15. A Autoridade Municipal de Limpeza Urbana - AMLURB, além dos órgãos superiores, contará com as seguintes unidades:

I - Diretoria Administrativa e Financeira:

a) Gerência Administrativa;

b) Gerência Financeira e Orçamentária;

II - Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento:

a) a) Gerência de Pesquisa e Informação;

b) Gerência de Planejamento, Normas e Regulamentos;

III - Diretoria de Gestão de Serviços:

a) Gerência de Concessões e Permissões;

b) Gerência de Controle e Monitoramento;

c) Gerência de Fiscalização;

IV - órgãos vinculados à Presidência:

a) Gabinete da Presidência;

b) Assessoria Jurídica;

c) Assessoria de Comunicação;

d) Assessoria Especial de Proteção ao Usuário.

SEÇÃO I
DAS DIRETORIAS

Art. 16. Os Diretores da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana - AMLURB, de livre nomeação e exoneração entre pessoas de reputação ilibada, com formação universitária e elevado conceito na área de especialidade pertinente aos cargos respectivos, serão nomeados pelo Secretário de Serviços e Obras.

Art. 17. O Regimento da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana - AMLURB poderá especificar os casos de impedimentos decorrentes de afastamento legal ou de exoneração.

Art. 18. Os Diretores tomarão posse e entrarão em exercício

SUMÁRIO

www.prefeitura.sp.gov.br/dom.htm

Indicadores Econômicos Municipais	3
Secretarias	4
Hosp. do Serv. Público Municipal	27
Instituto de Previdência Municipal	27
Serviço Funerário do Município	29
Servidores	34
Concursos	47
Editais	92
Licitações	144
Câmara Municipal	151
Tribunal de Contas	152

Esta edição é composta de 152 páginas.